

CAJU, JusQualitas, BIGJus e outros serviços do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal - JUSDATA

Raquel da Veiga Araújo de Menêses¹
Neide Alves Dias De Sordi²

Apresenta os serviços e produtos do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal – JUSDATA. A Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas procura estruturar instrumentos de pesquisas de qualidade, adotar estratégias de disseminação mais agressivas e fazer uso das novas tecnologias da informação com o intuito de contribuir para que a Justiça seja eficaz, acessível.

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas – SPI, em cumprimento ao art. 4º da Lei n. 8.472, de 1992, que conferiu ao Centro de Estudos Judiciários, do Conselho da Justiça Federal, a atribuição de proceder a estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do sistema judiciário, atua para a produção, a gestão e a disseminação de conhecimentos de especial relevância para a Justiça Federal.

A atuação na área de produção de conhecimentos dá-se por meio do desenvolvimento de pesquisas institucionais aplicadas e experimentais, voltadas para a obtenção de soluções de problemas que afetam o desempenho do Judiciário e para a introdução de novos produtos ou processos de modernização da Justiça Federal.

¹ Subsecretaria de Informação Documental – raquelveiga@cjf.gov.br.

² Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas – nsordi@cjf.gov.br.

A gestão do conhecimento ocorre por meio do desenvolvimento de bases de dados, serviços e produtos de informação e no desempenho da sua atribuição de órgão central de coordenação do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal – JUSDATA, que congrega bibliotecas, arquivos e órgãos de jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias.

A disseminação do conhecimento decorre da divulgação dos resultados de pesquisas para a comunidade jurídica, do intercâmbio de experiências e do atendimento das necessidades de informação de servidores e magistrados federais, por meio de serviços como a Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU, o Boletim de Informações Gerenciais – BigJus , o Banco de Soluções de Qualidade da Justiça Federal – JusQualitas, a Jurisprudência Unificada da Justiça Federal, que reúne as bases de dados oficiais do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos cinco Tribunais Regionais Federais.

A Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas atua como uma editora jurídica, cujas publicações, como a Revista CEJ, possui cujos parâmetros de qualidade que a equipara aos principais periódicos científicos nacionais e estrangeiros.

O QUE É O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Conselho da Justiça Federal (CJF), com sede em Brasília-DF, tem como missão promover e assegurar a integração e o aprimoramento humano e material das instituições que compõem a Justiça Federal, sem prejuízo da autonomia necessária ao bom desempenho dessas unidades. O Colegiado do CJF é formado por cinco ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelos presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais do país, sendo presidido pelo presidente e vice-presidente do STJ.

Promover a padronização de procedimentos administrativos e jurisdicionais entre as instituições da Justiça Federal e a administração orçamentária dessas instituições são as principais atribuições do CJF. Por meio de seus atos administrativos, o CJF tem regulamentado uma série de atividades essenciais à celeridade na prestação jurisdicional da Justiça Federal. As competências do Conselho são regulamentadas pela Lei n. 8.472/92.

Associado à sua função uniformizadora, o CJF exerce um importante papel como órgão centralizador de informações estratégicas sobre a Justiça Federal em âmbito nacional. Por meio das atividades de informação, de ensino e de pesquisa voltadas ao aprimoramento da Justiça, realizados pelo seu Centro de Estudos Judiciários (CEJ), o CJF funciona como um espaço fértil de reflexão e de difusão de conhecimentos. Para o desempenho da sua missão, o CJF funciona como órgão central de coordenação dos sistemas administrativos da Justiça Federal – Informação, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Comunicação, Controle Interno e Planejamento e Orçamento –, que centralizam e uniformizam normas e procedimentos para todas as instituições participantes. Os sistemas funcionam mediante participação integrada dos Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias.

Em decorrência da criação dos Juizados Especiais Federais, pela Lei n. 10.259/2001, o Conselho dotou-se, ainda, de função jurisdicional. Desde setembro de 2002 começou a funcionar junto ao CJF a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, órgão julgador colegiado que aprecia, em grau de recurso, processos oriundos dos Juizados. A uniformização da Jurisprudência dos Juizados, promovida pela Turma Nacional, é de fundamental importância para a garantia da celeridade e da segurança jurídica desses juízos.

A partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 45, o CJF passou a ter também poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. Esta emenda

MAPA GEOGRÁFICO DA JUSTIÇA FEDERAL



ainda depende da regulamentação cujo Projeto de Lei já tramita no Congresso Nacional sob o número 284/2007.

Competência

A competência do CJF está prevista no parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal – exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus – e na Lei n. 8.472/92. As propostas orçamentárias aprovadas pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs), propostas de criação ou extinção de TRFs, de criação de novos cargos de juiz federal ou de varas federais são examinadas pelo Colegiado do CJF e encaminhadas à apreciação do Superior Tribunal de Justiça. Passam pela aprovação exclusiva do Colegiado do CJF as propostas de normatização de procedimentos administrativos para a Justiça Federal, ou de fixação das políticas e diretrizes de atuação das Secretarias do CJF. As decisões do Colegiado do CJF que fixam normas são objeto de Resoluções, atos normativos cujo cumprimento é obrigatório em toda a Justiça Federal.

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

O Centro de Estudos Judiciários (CEJ) é um qualificado centro de excelência do Direito brasileiro. Funciona junto ao CJF e exerce um papel influente no aperfeiçoamento da Justiça Federal, na medida em que realiza pesquisas e diagnósticos que identificam e propõem soluções para os problemas que afetam a instituição e promove Seminários, encontros e debates sobre questões jurídicas relevantes, com a participação de especialistas de renome nacional e internacional. O CEJ atua como órgão central dos Sistemas de Informação e de Recursos Humanos da Justiça Federal, abrangendo a geração, a gestão e a disseminação do conhecimento jurídico. As áreas de atuação do CEJ são : ensino, pesquisa, informação jurídica e editoração.

Ensino: Na área de ensino o CEJ atua em três linhas de ação: gerencial, institucional e jurídica, por meio do planejamento e execução de seminários; congressos, encontros e cursos de extensão e de pós-graduação, on-line e presenciais para o aperfeiçoamento e atualização de magistrados e servidores da Justiça Federal.

Pesquisa: O CEJ/CJF desenvolve pesquisas que buscam soluções para os problemas que afetam o desempenho da Justiça Federal, visando à ampliação da cultura jurídica, da cultura de pesquisa e da aprendizagem permanente na esfera do Sistema Judiciário. O resultado destas pesquisas é divulgado através da publicação “Série Pesquisas do CEJ” que até o momento já publicou os seguintes títulos: vol. 13 – Subsídios para a ampliação do número de juízos federais; vol. 12 – Diagnóstico da estrutura e funcionamento dos Juizados Especiais Federais; vol. 11 – os contratos bancários e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; vol. 10 – processos da Justiça Federal no Tribunal de Contas da União; vol. 9 – uma análise crítica da lei dos crimes de lavagem de dinheiro; vol. 8 – execução contra a Fazenda Pública : razões políticas do descumprimento às ordens judiciais; vol. 7 – Juizados Especiais Federais; vol. 6 – a atuação da Justiça Federal na esfera criminal; vol. 5 – A opinião da sociedade civil organizada a respeito da Justiça Federal; vol. 4 – o estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil; vol. 3 – a visão interna da Justiça Federal; vol. 2 – a imagem da Justiça Federal na imprensa escrita; vol. 1 – A Justiça Federal através de documentos.

Informação Jurídica: A Informação Jurídica pode ser definida como os conteúdos textuais e não textuais que tratam de determinados assuntos dentro dos diversos ramos do Direito. Uma unidade de documentação de um tribunal gerencia o recurso informação documental para dar suporte à tomada de decisão dos magistrados, na elaboração de votos e decisões. Pode-se, então, compreender que a Informação Jurídica trata de conteúdos especializados e sob a ótica do seu gerenciamento, tem a responsabilidade de nortear as decisões dos Magistrados e serventuários da Justiça, nos processos e atividades jurisdicionais, a fim de prestar serviços de informação com a maior especificidade e eficiência possível³.

É matéria prima fundamental ao trabalho do juiz e de outros operadores do Direito, e por essa razão o CEJ atua como centro de informação doutrinária, jurisprudencial, legislativa e de indicadores conjunturais da Justiça Federal, no fornecimento de serviços de informação jurídica e da coordenação do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal – JUSDATA.

³ OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de. Informação jurídica: o desafio do atendimento na era virtual. In: SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO JURÍDICA (2. : Recife : 2006). **Seminário de informação jurídica:** informação virtual: conhecimento para todos?. Recife: [s.n], 2006.

A busca por um Poder Judiciário desburocratizado e mais ágil, tem levado as Instituições Jurídicas, entre elas o Ministério da Justiça, os Tribunais de Justiça e outros Órgãos Judiciários, a tomarem iniciativas e ações que busquem a modernização da gestão judiciária e a utilização das tecnologias da informação como apoio às ferramentas de gestão e prestação de serviços. A busca por um Judiciário de alto desempenho, e por conseqüência, um melhor atendimento aos cidadãos requer um esforço conjunto e algumas medidas a fim de que se atinja o pretendido desempenho⁴.

Baseado neste princípio, foi instituído em 15 de abril de 1993, pela Resolução n. 81 do Conselho da Justiça Federal, o Sistema de Informação Documental da Justiça Federal - JUSDATA, dispondo sobre sua organização e as diretrizes básicas de seu funcionamento.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL - JUSDATA

Conforme o art. 1º da referida resolução, o Sistema de Informação Documental da Justiça Federal - JUSDATA, é constituído pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, pelos órgãos de análise de jurisprudência dos TRF's e pela Rede de Bibliotecas do CJF e da Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias.

São atribuições do Sistema a padronização das bases de dados e o desenvolvimento de instrumentos de gestão documental. O sistema tem como unidades regionais e setoriais os arquivos, as bibliotecas e os órgãos de análise de jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias. Essas unidades de informação integram o JUSDATA que reúne em suas bases de dados centralizadas no CJF, informações doutrinárias, legislativas, jurisprudenciais e institucionais provenientes das unidades. O Tesouro Jurídico da Justiça Federal, utilizado na produção de bases de dados de doutrina e jurisprudência, e o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Documentação Administrativa da Justiça Federal - PCTT, utilizado na organização dos acervos arquivísticos e o Sistema Nacional de Indicadores Estatísticos da Justiça Federal (Sinejus), são exemplos da atuação do JUSDATA, assim como a Central de Atendimento ao Juiz Federal - CAJU, o Banco de Soluções de Qualidade da Justiça Federal - JusQualitas e o Boletim de Informações

⁴ idem.

Gerenciais – BigJus, estes últimos sob a Coordenação da Subsecretaria de Informação Documental.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JUIZ FEDERAL - CAJU

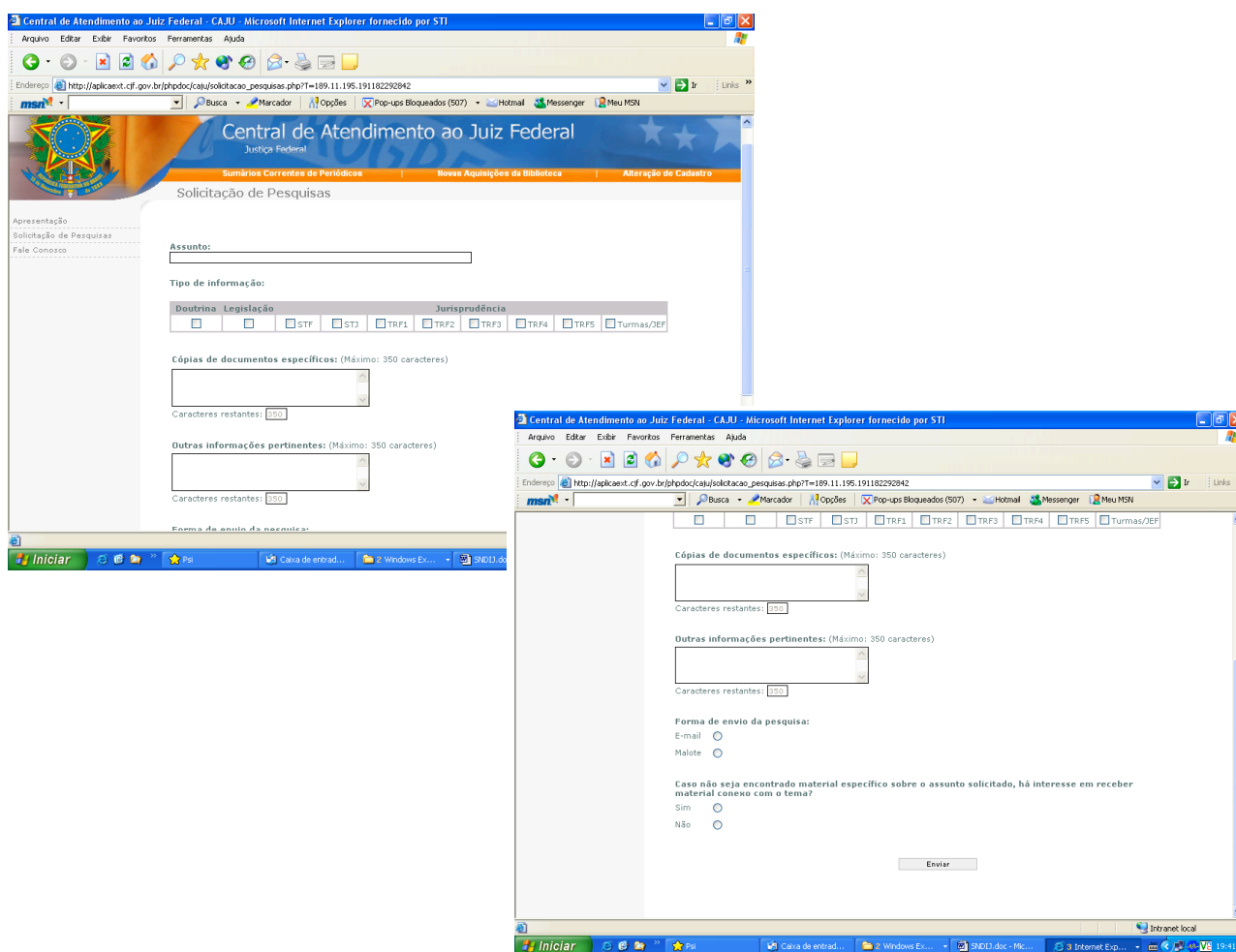
O serviço se pauta na missão do Conselho: “promover e assegurar a integração e o aprimoramento da Justiça Federal”, na medida em que fornece aos magistrados federais informações relevantes e adequadas, na forma e no prazo necessários para subsidiar o julgamento de processos e para atualizar seus conhecimentos, contribuindo, assim, para a maior celeridade da prestação jurisdicional.

A Central é resultado de uma iniciativa idealista, cuja missão é atender 100% dos magistrados federais. Uma das prioridades da equipe, que é constituída por bacharéis em Direito e bibliotecários, é adotar uma postura pró-ativa, antecipando as necessidades dos usuários e disponibilizando informações sobre temas em potencial. Não tem missão pública, portanto concentra esforços para atender aos magistrados federais. De um universo de aproximadamente 1.300 Juízes Federais, cerca de 710 já são cadastrados e utilizam os serviços da CAJU.

A Central procura ser útil em diversas atividades, tais como: auto-aperfeiçoamento; desenvolvimento de dissertações e teses; formação de entendimentos; conhecimento da legislação; conhecimento de precedentes jurisprudenciais. O serviço oferece um diferencial pela: rapidez; precisão; confiabilidade; objetividade; informação personalizada; profissionais qualificados.

A CAJU está preparada para oferecer as mais variadas informações aos juízes federais, por meio dos seguintes serviços:

- ✓ Levantamento de informações doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais;
- ✓ Fornecimento de cópias de legislação, acórdãos, súmulas e artigos de periódicos nacionais e estrangeiros;
- ✓ Acompanhamento de projetos de lei e de resoluções do CJF.
- ✓ Empréstimo de livros do acervo da Biblioteca do CJF



As pesquisas são respondidas, em sua grande maioria, por *email*. Os artigos e outros textos menores são escaneados e enviados eletronicamente. Os livros são enviados via malote para qualquer uma das instituições da Justiça Federal em todo o País.

Acesso à informação e ao documento

Para atendimento aos usuários da CAJU, a Biblioteca acessa diversas bases de dados disponíveis gratuitamente na internet e mantém assinatura da base de dados multilíngue *Index to Foreign Legal Periodicals* (IFLP), produzida pela American Association of Law Libraries (AALL), que contém referências de artigos de mais de 520 periódicos jurídicos em todas as línguas, exceto as arábicas. Possui também resenhas com análises de conteúdo de ensaios jurídicos de mais de 80 editoras. Sua abrangência temática inclui Direito Internacional público e privado, Direito comparado, direitos humanos, além de economia e ciência política. Possui aproximadamente 200.000 documentos, e 22.000 novos são incluídos a cada ano.

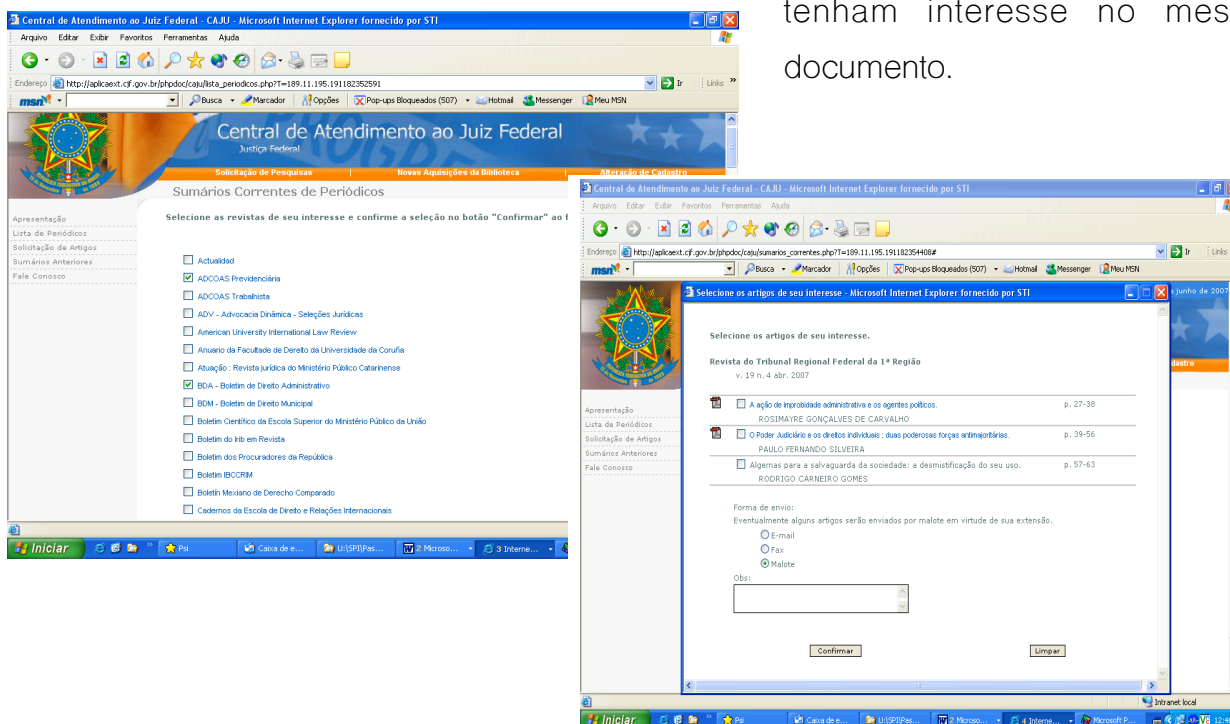
O acesso ao documento disseminado na IFLP e em outras fontes de informação da internet é garantido por dois convênios de comutação bibliográfica: um nacional, o COMUT, e outro internacional, com a British Library, para solicitação de cópias de artigos de periódicos, capítulos de livros, teses e dissertações estrangeiras. Além disso, possui convênios de empréstimo interbibliotecário com a Rede de Bibliotecas da Justiça Federal, com a RVBI e outras bibliotecas.

SUMÁRIOS CORRENTES DE PERIÓDICOS ON LINE - SUMAJUS

O Serviço visa aprimorar o acesso a novas informações doutrinárias, por meio da divulgação de textos publicados nos principais periódicos jurídicos. O SUMAJUS é disponibilizado de forma interativa, possibilitando a seleção dos títulos de periódicos que serão enviados a cada usuário. Cerca de 180 títulos de periódicos de doutrina, nacionais e estrangeiros, disponíveis para seleção dos usuários da CAJU.

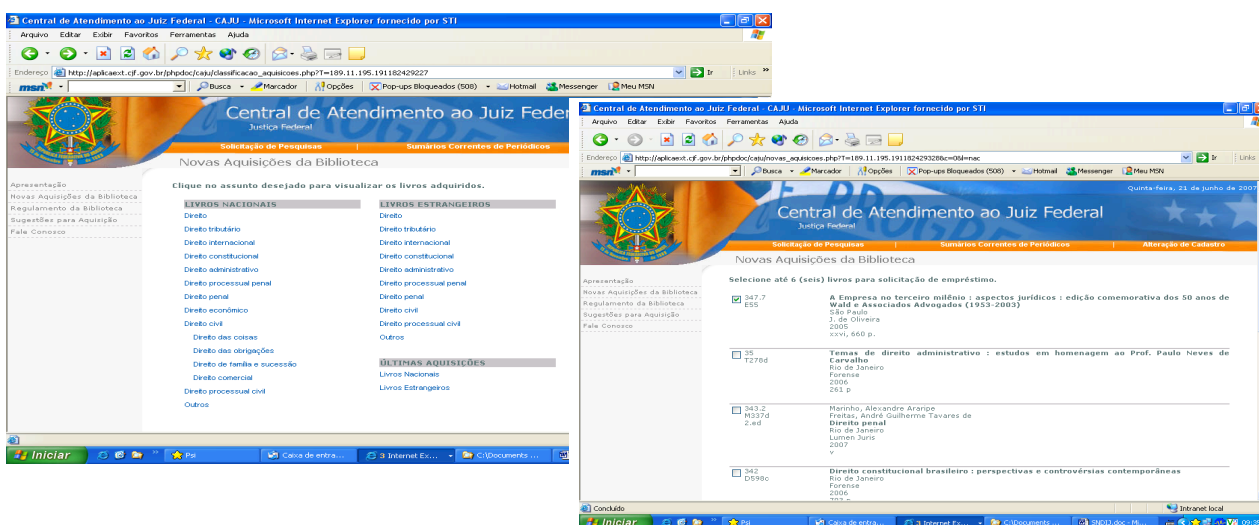
A Lista de Periódicos do SUMAJUS é permanentemente atualizada com a inclusão de novos títulos incorporados ao acervo da Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários. Sempre que um novo título é incluído no SUMAJUS o usuário recebe um email convidando-o a selecionar aquele título para inclusão à sua lista personalizada. As cópias dos artigos já solicitados ficam disponíveis junto ao título, em PDF, para

acesso de outros usuários que tenham interesse no mesmo documento.



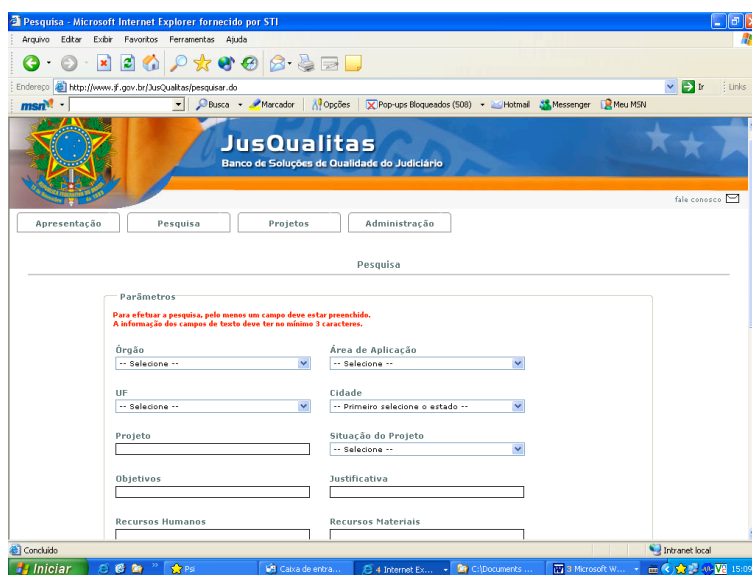
BOLETIM ELETRÔNICO DE NOVAS AQUISIÇÕES

O "Boletim de Novas Aquisições" divulga os livros nacionais e estrangeiros incorporados ao acervo da Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários. São disponibilizados classificados por assunto, com possibilidade de seleção dos documentos para solicitação de empréstimos, enviados por malote para instituições da Justiça Federal em todo o País.



BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DA JUSTIÇA FEDERAL - JUSQUALITAS

O Banco de Soluções JusQualitas está sendo desenvolvido com o propósito de divulgar as melhores práticas (casos de sucesso) de gestão pública empreendidas no Judiciário, com vistas a promover a adoção dessas soluções pelas instituições da Justiça Federal. O Banco de Soluções contribuirá para racionalizar a alocação de recursos orçamentários e minimizará esforços, na medida em que as soluções para problemas comuns e ferramentas desenvolvidas possam ser intercambiadas livremente



entre as instituições. Essa iniciativa contribuirá para o fortalecimento da prática da colaboração institucional, promovendo a troca de experiências entre as organizações públicas, além de estimular as instituições a priorizarem ações voltadas para a melhoria da gestão e do desempenho institucional.

O projeto foi aprovado em 2006, quando teve início a coleta de dados – o levantamento dos projetos e soluções dos Tribunais Regionais Federais e seções judiciárias. Os projetos cadastrados no *Prêmio Innovare*⁵ e das Mostras de Qualidade do Judiciário já realizadas foram usados como fontes de informações.

Foram ainda incluídos na base de dados do JusQualitas, os 90 trabalhos que concorreram ao *Prêmio Qualidade Judiciária Ministro Djaci Falcão*.

As soluções e projetos incluídos no JusQualitas estão classificados em quatro áreas de atuação: Capacitação Profissional; Imagem institucional; Modernização da Justiça e Inovação Tecnológica.

Espera-se que a implementação do Banco de Soluções possa contribuir para o desenvolvimento de competências gerenciais, a adoção de métodos de trabalho mais eficazes, a aplicação otimizada dos recursos e a promoção de maior transparência administrativa, que permitam o fomento e a replicação das ações para o aprimoramento do sistema judiciário.

BOLETIM DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Serviço de informação especializado na área de Gestão, voltado ao aperfeiçoamento gerencial, com vistas a dar suporte às atividades da Administração Judiciária realizadas no âmbito da Justiça Federal. Tem como objetivos principais: facilitar o acesso, de forma organizada e integrada, às informações ligadas direta ou

⁵ O **Prêmio Innovare: a Justiça do século XXI** foi criado para identificar, premiar, sistematizar e disseminar práticas pioneiras e bem-sucedidas de gestão do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria pública que estejam contribuindo para modernização, desburocratização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da Justiça. As práticas inscritas são avaliadas por consultores especializados e julgadas por personalidades do mundo jurídico, acadêmico e empresarial que integram a Comissão Julgadora, incluindo também sociólogos, economistas e representantes da sociedade brasileira. A premiação valoriza práticas que se revertem em benefício direto da população, tornando mais ágeis os julgamentos e facilitando o acesso à Justiça. O Prêmio Innovare é uma realização conjunta da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV DIREITO RIO, da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, do Ministério da Justiça, através da Secretaria de Reforma do Judiciário e do Ministério Público, com apoio da Companhia Vale do Rio Doce.

indiretamente à questão gerencial; contribuir para o aprimoramento profissional dos gerentes no âmbito da Justiça Federal; otimizar os recursos informacionais já existentes na Biblioteca do CJF, para que sejam transformados em conhecimento a partir de sua aplicação no dia-a-dia gerencial; fomentar a produção de artigos técnicos e científicos pelos gerentes da Justiça Federal; divulgar eventos na área de gestão, publicações e outros produtos de informação do Centro de Estudos Judiciários



O BigJus é enviado semanalmente, via email, a todos os servidores da Justiça Federal em função gerencial. São textos técnicos de interesse geral, artigos selecionados da Internet ou de revistas especializadas em Administração. Também são enviados resumos de livros da área incorporados ao acervo da Biblioteca do Conselho e *links* interessantes relacionados ao assunto.

Em breve a Coordenadoria de Biblioteca disponibilizará o serviço da CENTRAL DE ATENDIMENTO AO GERENTE DA JUSTIÇA FEDERAL, nos mesmos moldes da CAJU, oferecendo Sumários Correntes, Boletim de Novas Aquisições, Bibliografias especializadas, pesquisa bibliográfica, cópia de artigos de periódicos e empréstimo de livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal de uma unidade de informação jurídica vinculada ao Poder Judiciário é o de dar suporte à tomada de decisões dos magistrados na elaboração de seus votos e decisões. A unidade não precisa, necessariamente ter todas as informações de que eles necessitam, mas tem que oferecer produtos e serviços que permitam o acesso a estas informações e também aos documentos. A Biblioteca do Conselho da Justiça Federal conta atualmente com um acervo de 13.000 títulos de monografias e aproximadamente 500 títulos de periódicos. Por não dispor de orçamento suficiente para

adquirir toda a literatura jurídica publicada anualmente no Brasil e para que possa atender às necessidades informacionais dos seus mais de 1500 usuários potenciais, entre servidores do Conselho, Juízes Federais e Bibliotecas da Justiça Federal, desenvolve os serviços aqui apresentados e consegue responder satisfatoriamente a quase todas as solicitações que recebe. A biblioteca atua como intermediária na localização das fontes de informação disponibilizadas no espaço físico e virtual por outras instituições e ainda promove a organização, disponibilização e maximização do uso das suas próprias fontes de informação, criando uma postura pró-ativa, antecipando-se às necessidades dos seus usuários presenciais e não presenciais.

Com a maximização dos seus recursos financeiros e humanos, a equipe da Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas, consegue um obter um resultado bastante satisfatório e ainda, além dos produtos e serviços aqui apresentados, desenvolve outros projetos de interesse da Justiça Federal, tanto que alguns deles foram selecionados como Projetos Estratégicos do Conselho da Justiça Federal e a equipe, apesar de reduzida, tem trabalhado para que sejam efetivamente concluídos e implementados ainda no este ano.

Projetos Estratégicos:

Programa de Padronização e de Gestão de Tabelas Processuais da Justiça Federal – PROGETAB

A padronização de tabelas processuais é requisito para o desenvolvimento dos seguintes projetos do CJF:

- ✓ Certidão Nacional Negativa da Justiça Federal;
- ✓ Integração de Bases de Dados da Justiça Federal;
- ✓ Sistema de Controle de Bens Apreendidos;
- ✓ Sistema de Pesquisas de Decisões Liminares;
- ✓ Sistema Nacional de Estatísticas;
- ✓ Programa de Gestão Documental da Justiça Federal.

O CNJ está padronizando tabelas processuais em âmbito nacional. A SPI, por indicação do Presidente do CJF, representa a Justiça Federal nesse grupo de trabalho.

Programa de Gestão Documental da Justiça Federal – JUSARQ

1993/2006:

- ✓ Estabelecimento da Política de Gestão dos Documentos da Justiça Federal;
- ✓ Manuais, tabelas e treinamentos para a gestão de documentos Administrativos;
- ✓ Manuais, tabelas e treinamentos para a gestão de autos judiciais findos;
- ✓ Realização de projetos-piloto de implementação das normas aprovadas.

2007/2008:

- ✓ Estabelecimento de normas de gestão dos documentos e processos eletrônicos.
- ✓ Apoio às instituições da Justiça Federal na implantação da Política de Gestão dos Documentos da Justiça Federal.
- ✓ Lei n. 11.419/2006 – Processo judicial e alteração do CPC. Não é norma processual, é procedimental. Os tribunais terão de estudar a melhor maneira de se adaptar à lei.

Em desenvolvimento

- ✓ Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Acompanhamento e Gestão de Processos e Documentos Eletrônicos da Justiça Federal – MoReq-Jus.
- ✓ O MoReq-Jus estabelecerá requisitos mínimos para os sistemas de documentos e processos eletrônicos, independentemente da plataforma tecnológica que utilize, visando à preservação digital de longo prazo.

Preservação Digital:

- ✓ Conjunto de atividades e processos necessários para garantir o acesso continuado e a longo prazo ao Patrimônio Arquivístico Digital.
- ✓ Capacidade de manter a integridade e a acessibilidade da informação digital por longo prazo.

Projeto Memória Documental da Justiça Federal

Objetivos:

- ✓ Consolidar a memória institucional e o registro da contribuição da Justiça Federal ao exercício da cidadania;
- ✓ Disponibilizar aos pesquisadores bases de dados com entrevistas, produção doutrinária, dados biográficos e profissionais daqueles que atuaram e atuam na Justiça Federal.

Subprojeto em desenvolvimento: Coleta e registro da produção doutrinária dos magistrados na base de dados Bibliografia da Justiça Federal, iniciada em 1993, atualmente com 7.132 documentos.

Subprojetos novos:

- ✓ Registro da história oral, por meio de entrevistas, para resgate da contribuição história de vida dos magistrados e servidores;
- ✓ Fomento à pesquisas utilizando processos judiciais paradigmáticos;
- ✓ Produção de documentários sobre a história da Justiça Federal.

Programa de Fomento à Pesquisa e Apoio Editorial da Justiça Federal – PESQJUS

Objetivos:

- ✓ Promover a realização de pesquisas científicas em áreas de interesse prioritário para o aprimoramento da Justiça Federal;
- ✓ Estimular a publicação de trabalhos científicos para a formação de um acervo básico de interesse da instituição;

- ✓ Ampliar o conhecimento sobre a Justiça Federal, objetivando o seu aprimoramento

Metodologia:

- ✓ Convênios com universidades públicas – criação de linhas de pesquisas na pós-graduação, em áreas do Direito Público e da Administração Judiciária.
- ✓ Convênios CAPES e CNPq – viabilizar a concessão de bolsas aos alunos de mestrado e doutorado que optarem por desenvolver pesquisas sobre temas prioritários para a Justiça Federal.
- ✓ Publicação dos relatórios das pesquisas apoiadas pelo Programa.

Programa de constituição da Rede Cooperativa de e-Bibliotecas da Justiça Federal – e-BIBLIOJUS

Objetivo: O aprimoramento dos serviços de informação disponíveis aos magistrados e servidores.

- ✓ 11 bibliotecas integram a e-Bibliojus: CJF, TRFs 4^a e 5^a Regiões, Seções Judiciárias: RJ, SP, RS, PR, SC, RN, SE e AL.
- ✓ A padronização dos procedimentos e o trabalho cooperativo possibilitam racionalizar a alocação de recursos; inimizar esforços; compartilhar dados e serviços, aumentar produtividade e integrar bases de dados e acervos bibliográficos.

A e-Bibliojus integra o Sistema de Informação Documental da Justiça Federal – JUSDATA (Res. CJF n. 81/1992), que congrega bibliotecas, arquivos e órgãos de Jurisprudência dos TRFs e Seções Judiciárias. A Rede de Bibliotecas é um dos mais importantes projetos, cujo portal de bibliotecas da Justiça Federal será integrado ao portal da Justiça Federal e permitirá a busca simultânea de informação em todos os acervos.

A Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas do Centro de Estudos Judiciários, no cumprimento da sua missão de disseminação do conhecimento jurídico, tem se apropriado do conjunto de novas tecnologias disponíveis e procurado fazer

uma nova leitura de serviços de informação convencionais, como os serviços de alerta, que agora são interativos, personalizados e ágeis em ambiente Web.

Atuar neste cenário tão abstrato é complexo e ao mesmo tempo instigante. A Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas atua como produtora e disseminadora de informação. Prover acesso on-line, estruturar instrumentos de pesquisas de qualidade, conhecer seu usuário, adotar estratégias de disseminação mais agressivas, fazer uso das novas tecnologias da informação representam um conjunto de demandas que nos impulsionam na adoção de novos caminhos para, cada vez mais, contribuir para que a Justiça seja eficaz, acessível aos que precisam dela e em condições de dar resposta imediata às demandas; enfim, uma Justiça capaz de atender a uma sociedade em constante mudança.

Como citar este artigo:

MENEZES, Raquel da Veiga de Araújo; DE SORDI, Neide Alves Dias. CAJU, JusQualitas, BIGJus e outros serviços do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal – JUSDATA In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 1., 2007, Brasília. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte, Forum, 2008. Republicado em: *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.4, n.2, p. 332–348, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.